REQUERIMENTO nº 113 de 2022

Excelentíssimo Senhor
Vereador Fernando Mendes Novais
Presidente da Câmara Municipal de Quirinópolis

"Requer informações ao Prefeito Municipal sobre o que determina a lei 3.367 de 15 de dezembro de 2020. "

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Quirinópolis, Estado de Goiás. Requeiro a Vossa Excelência que seja solicitados ao senhor Prefeito os seguintes esclarecimentos:

a) A lei 3.367 de 15 de dezembro de 2020 está sendo cumprida?

b) Se a resposta anterior for negativa, qual motivo a lei 3.367/20 não está sendo cumprida pelo prefeito municipal de Quirinópolis?

c) Quando o senhor prefeito municipal vai dar efetivo cumprido ao que estabelece a referida lei?

Considerando que a Lei 3.367/20 estabelece que:

" Art. 1° - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder revisão geral anual ao vencimento dos servidores públicos ativos, inativos e agentes políticos do município de Quirinópolis-GO, com o escopo de preservar o valor aquisitivo da moeda e recompor as perdas ocasionadas pelo processo inflacionário, no percentual de 14,83% (quatorze virgula oitenta e três porcento), acumulado no intervalo de tempo compreendido entre dezembro de 2013 a dezembro de 2020, de acordo com o Índice Nacional de preços ao consumidor – INPC/IBGE, conforme anexos que integram a presente lei.

Art. 2° - Para atender as despesas constantes do artigo anterior, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a utilizar recursos próprios constantes em orçamento ou, se necessário, abrirá, por decreto, credito especial, utilizando recursos disponíveis.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação, revogada as disposições em contrário. "

Considerando que até o presente momento inexiste notícia de que a Administração Pública Municipal tenho dado efetivo cumprimento a Lei 3.367/20, considerando que o art. 37 da Constituição Federal estabelece que a Administração Pública deve agir de acordo com o Princípio da Legalidade, ou seja, a lei deve ser

cumprida sob pena de configuração de ato de improvidade considerando que o art. 1º, inciso XIV, do Decreto de Lei n° 201/67, estabelece que comete crime de responsabilidade se o prefeito se negar ao cumprimento de lei federal, a saber:

"Art. 1º - **São crimes de responsabilidade** dos prefeitos municipal sujeito ao julgamento do poder judicial independente do pronunciamento da câmara de vereadores

Inciso XIV – **Negar execução a lei** federal, estadual ou **municipal** ou deixar de cumprir ordem judicial sem dar o motivo de recusa ou impossibilidade por escrito à autoridade competente. "

Solicito o apoio dos novos vereadores para aprovação do presente esclarecimento.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Quirinópolis aos 05 dias do mês de abril de 2022.

_____
Welington Faustino Fernandes
Vereador Quirinópolis – GO